

PREÂMBULO

No ano de 2023, a sociedade de Macau saiu do nevoeiro da epidemia e voltou ao caminho do desenvolvimento ordenado. O Comissariado contra a Corrupção (CCAC) também aproveitou, de forma empenhada, a ocasião da recuperação pós epidemia, tendo envidado esforços para procurar fazer o melhor nas acções de combate à corrupção, de provedoria de justiça, bem como de divulgação e sensibilização, acelerando os passos necessários para avançar na construção de uma sociedade íntegra, nomeadamente, aproveitando a oportunidade para reiniciar o intercâmbio e visitas mútuas, procurando, de forma empenhada, uma direcção de cooperação mais eficaz e, simultaneamente, promovendo a revisão da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau.

No âmbito dos trabalhos de combate à corrupção, em 2023, foram instruídos pelo CCAC um total de 102 processos, tendo também o número de casos de apoio à investigação acompanhados atingido um novo recorde face aos últimos anos. Juntando os 24 novos processos de apoio à investigação instruídos em 2023, o CCAC tratou, no ano em análise, um total de 41 casos deste tipo. Em 2023, o CCAC procedeu à investigação e tratamento de diversos casos no âmbito do combate à corrupção, entre os quais, à investigação de um caso relacionado com um pedido, com informações falsas, para a fixação de residência por investimento em imóveis, tendo sido verificado que um procurador-adjunto titular do processo foi suspeito de ter prestado apoio ilícito a indivíduos sujeitos a investigação em processos criminais. O caso em causa atraiu uma grande atenção por parte da sociedade, tendo sido dado ao mesmo grande importância. Por outro lado, foram resolvidos vários casos em que diversas sociedades prestadoras de serviços de segurança tinham burlado o Governo, nos quais foram praticados actos de corrupção. Ao mesmo tempo, foram investigados e tratados vários casos relativos à falsificação de registos de assiduidade de trabalhadores da função pública. O CCAC espera que a resolução destes casos possa contribuir para corrigir o ambiente de irregularidades, produzindo assim efeitos dissuasores junto da equipa de trabalhadores da função pública e dos sectores em causa. Com os esforços constantes do CCAC ao longo dos anos e sob as estratégias simultâneas de combate e prevenção da corrupção, registou-se, em 2023, uma descida considerável nos casos de burla para obtenção de subsídios do Governo, os quais vinham surgindo frequentemente sob variadas formas, tendo os respectivos trabalhos de combate alcançado resultados de forma faseada.

No âmbito dos trabalhos da provedoria de justiça, foram instruídos um total de 123 processos no ano transacto. De entre os casos cuja investigação foi concluída em 2023, no contexto da investigação de alguns casos da área da provedoria de justiça, o CCAC tem vindo a analisar, em conjunto com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, questões relacionadas com a interpretação correcta de diferentes regimes e normas constantes na legislação da função pública. Acredita-se que, através de uma interacção positiva com os serviços responsáveis pela administração pública e pelos assuntos dos trabalhadores da

função pública, os respectivos regimes e disposições possam sofrer contínuo aperfeiçoamento. Além disso, recorrendo constantemente a estratégias activas e positivas, procurou-se, por um lado, aumentar a transparência dos resultados do trabalho junto da sociedade e, por outro lado, incentivar a autoconfiança na administração dos serviços públicos, mantendo-se uma atitude e uma actuação de governação em estrito cumprimento da lei.

A juventude está relacionada com o futuro desenvolvimento da sociedade. Seguindo a orientação da política do País e do Governo da RAEM de dar importância ao desenvolvimento dos jovens, em 2023, o CCAC promoveu, de forma profunda, acções de divulgação e sensibilização destinadas aos jovens, aproveitando, sobretudo, as vantagens da base de educação para a integridade junto da juventude para continuar a inovar, proporcionando acções de formação e actividades pedagógicas para a promoção da integridade inovadoras e interessantes, no sentido de incentivar os jovens a prestar igual atenção à aprendizagem e ao pensamento, bem como a participar pessoalmente nas referidas actividades, fazendo com que os mesmos se tornem numa nova força na construção de uma sociedade íntegra. Em simultâneo, o CCAC empenhou-se na promoção da integridade junto da população em geral, organizando, ao longo do ano, 605 actividades, palestras e colóquios, entre outras iniciativas, de diversos tipos, e divulgando de forma activa conteúdos relacionados com a integridade através do recurso a vários tipos de vídeos, com vista a transmitir, de forma contínua, as mensagens de integridade e de rejeição da corrupção junto de diferentes destinatários.

Com a reabertura das fronteiras de Macau ao exterior, o CCAC empenhou-se no reforço do intercâmbio com órgãos executores da lei de regiões vizinhas. Em 2023, o CCAC visitou sucessivamente o Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, a Comissão Nacional de Supervisão, o Supremo Tribunal Popular, a Suprema Procuradoria Popular, o Ministério da Segurança Pública, as Comissões de Supervisão de várias províncias e cidades do Interior da China, bem como a Comissão Independente contra a Corrupção de Hong Kong e o *Office of the Ombudsman* de Hong Kong, com vista a promover a cooperação bilateral e regional. Para além disso, o CCAC continuou também a participar, em articulação com a Pátria, nos trabalhos de avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Simultaneamente, o CCAC cumpriu activamente os seus deveres como membro de diversas organizações internacionais e regionais, destacando pessoal para participar em reuniões e acções de formação realizadas, de forma virtual e presencial, por diversas organizações internacionais de combate à corrupção e de provedoria de justiça, no sentido de acompanhar de perto o desenvolvimento da promoção da integridade a nível internacional.

“Integridade é a essência da governação”. A integridade é uma parte fundamental da acção governativa e a construção de uma sociedade íntegra é também uma pedra basilar para um desenvolvimento social justo e harmonioso. Em 2023, em conformidade com o 2.º Plano Quinquenal e as Linhas de Acção Governativa, o CCAC propôs a revisão da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa

Especial de Macau, de forma a ter uma regulamentação e configuração mais abrangente no que respeita às competências do serviço e às regalias do pessoal, bem como a outras matérias, nomeadamente, dando destaque à função de investigação dos crimes económico-financeiros no âmbito da missão e âmbito de actuação do CCAC e, no âmbito dos meios de actuação, definindo claramente o acompanhamento presencial e os actos presenciais de inspecção como formas de actuação, etc. Tendo apresentado já a proposta de lei à Assembleia Legislativa, o CCAC manterá uma boa comunicação e cooperação com os respectivos serviços e órgãos, esforçando-se por concluir, com a maior brevidade possível, o processo de revisão legislativa e, através do aperfeiçoamento do respectivo regime, cumprirá futuramente melhor as suas atribuições, prevenindo e combatendo, com maior eficácia, todos os tipos de actos ilícitos no âmbito da promoção da integridade promovendo o aperfeiçoamento da acção governativa, com vista a responder melhor às necessidades do desenvolvimento da sociedade e às exigências dos cidadãos.

O ano de 2023 foi um ano encorajador para o CCAC. O Grupo Especial de Investigação (Grupo L) da Direcção dos Serviços contra a Corrupção do CCAC foi agraciado pelo Governo da RAEM com a Medalha de Valor. Trata-se, sem dúvida, de um grande reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo CCAC no âmbito do combate à corrupção, bem como da contribuição dada e do esforço efectuado, de forma constante e discreta, pelos investigadores.

Tal como o Presidente Xi Jinping afirmou: “a luta contra a corrupção está sempre no caminho”. Todo o pessoal do CCAC continuará a contribuir para a salvaguarda da igualdade e justiça da sociedade e para o combate aos crimes de corrupção, com coragem para assumir responsabilidades e com capacidade de actuação, bem como com persistência e firmeza, avançando sem hesitação no caminho do combate à corrupção e da promoção da integridade.

Em Março de 2024.

O Comissário contra a Corrupção
Chan Tsz King

